

NOTAS EXPLICATIVAS:

Contexto operacional:

Nota Nº 01

O Conselho Federal de Odontologia e os 27 Conselhos Regionais de Odontologia formam em seu conjunto uma autarquia, criados pela Lei 4.324 de 14 de abril de 1964 e posteriormente regulamentados pelo Decreto 68.704 de 03 de junho de 1971. O CFO é dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e com seu domicílio em Brasília no Distrito Federal.

A sua principal finalidade é a supervisão da ética odontológica em todo o território nacional, cabendo zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente. Para cumprir essa missão, o CFO legisla por meio de atos normativos, julga processos éticos e centraliza as informações sobre cursos de especialização reconhecidos, bem como sobre números de profissionais e entidades inscritos em todo o território nacional, entre Cirurgiões-Dentistas, Auxiliares de Saúde Bucal, Técnico de Saúde Bucal, Técnico em Prótese Dentária, Auxiliares de Prótese Dentária e Entidades Prestadoras de Serviços Odontológicos.

Principais diretrizes contábeis:

Nota Nº 02

Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do exercício de 2021, foram elaboradas em conformidade com as disposições contidas nas Resoluções do CFC e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público do STN (Secretaria do Tesouro Nacional), que foi resultante do Decreto 6976 de 07 de outubro de 2009 e parte da Lei 4320 de 17 de março de 1964, e, obedecendo aos Princípios

Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A estrutura, grau de liquidez, nomenclatura etc, foram elaboradas de acordo com a Resolução do Manual da STN – MCASP. Quanto à responsabilidade e a função desempenhadas pelo Contador, foi com base na análise dos documentos suportes, no tratamento e classificação das informações contábeis e não contábeis geradas e apresentadas pela administração do CFO que originam-se das receitas realizadas e das despesas autorizadas pelo Gestor, bem como dos fatos patrimoniais provenientes destas, e alocação no plano de contas padrão efetuando, por via de consequência, a prestação de contas, que ora é apresentada e submetida à apreciação dos órgãos internos e externos e da sociedade em geral.

Ativo Circulante (financeiro):

Nota Nº 03

Caixa e equivalente de caixa.

Incluem contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, e está demonstrada ao valor de realização, incluindo conforme aplicável aos rendimentos e as variações monetárias auferidas e representam em 31/12/2021 o montante de R\$ 127.303.568,06 (cento e vinte e sete milhões, trezentos e três mil, quinhentos e sessenta e oito reais e seis centavos). Destes, em seu maior vulto, estão aplicados em:

Fundo de investimento no Banco do Brasil, BB CP Administrativo Diferenciado, exclusivo para Conselhos, no valor de R\$ 60.254.132,08 (sessenta milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e trinta e dois reais e oito centavos).

Fundo de investimento na Caixa Econômica Federal, FI Mega Referenciado DI, no valor de R\$ 6.085.114,99 (seis milhões, oitenta e cinco mil, cento e quatorze reais e noventa e nove centavos).

Fundo de investimento Safra R\$ 19.864.460,66 (dezenove milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, cento e quatorze reais e sessenta e seis centavos), e

Solstic capital Investimento e participação, no valor de R\$ 41.067.722,11 (Quarenta e um milhões, sessenta e sete mil, setecentos e vinte e dois reais e onze centavos)

Nota Nº 04

Demais créditos e valores a curto prazo.

Consta um débito da Sociedade Incorporadora Sorrento Ltda de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), relativo à cobrança já notificada a empresa, conforme teor do processo CFO 38335/2016 referente ao saldo de pagamento a maior na aquisição do edifício sede do CFO no Distrito Federal.

Os valores apresentados a seguir representam empréstimos concedidos a Conselhos Regionais, sendo: R\$100.000,00 (cem mil reais) ao CRO de Alagoas, conforme demonstrado no processo CFO SEF 411/2010 e R\$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) ao CRO da Paraíba, conforme demonstra o processo CFO SEF 282/2016.

Nota Nº 05

Estoques.

O Almoxarifado está demonstrado ao custo médio ponderado e corresponde a contabilização de itens de materiais de consumo, bem como as carteiras de identidade profissional que se encontram em nosso estoque, que em 31/12/2021 representavam R\$ 459.695,82 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e dois centavos).

--

Ativo não circulante:

Nota Nº 06

Imobilizado:

Os bens móveis foram atualizados no decorrer do exercício 2021. Inicialmente, este se encontrava demonstrado ao custo de aquisição, tendo registrado, vários bens já depreciados ou inservíveis, sendo estes baixados ou reavaliados, trazidos ao valor justo.

Para este empreendimento, Foi criada a comissão de funcionários em 31/03/2021, conforme estipulado no decreto 9373/2018 e na lei 8666/93 no qual foram nomeados os funcionários Cássio Castro Almeida, Caio César Magalhães Duarte e Luciano de Mendonça, com a função de avaliar o trabalho da empresa Make Consultoria e Avaliações Ltda e emitir parecer.

Após esta etapa, a comissão recomendou a doação dos bens, que foi aprovado pelo plenário do CFO em 30/04/2021.

Foi gerado também a decisão número 22 de 19/05/2021 que regulariza a doação de bens móveis diversos para o CRO Rio de Janeiro e veículo para o CRO Distrito Federal, bens estes já doados anteriormente.

Foi lançado chamamento público de doação de bens 01/2021.

Foram doados os Bens constantes no lote 01 do edital, quais sejam, os bens localizados no distrito federal.

Não houveram interessados nos bens localizados na antiga sede do CFO no Rio de Janeiro, o qual ensejou novo edital de doação, republicado em 23/08/2021. Estes apresentaram dois interessados do Distrito Federal, entretanto ocorreu a desistência de ambos, após vistoria das condições dos móveis ofertados.

Os ajustes resultantes dessas operações importaram um valor de R\$ 2.454.546,24 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), a depreciação no período de R\$ 193.053,14 (cento e noventa e três mil, cinquenta e três reais e quatorze centavos) e o saldo de bens móveis, o valor de R\$ 2.641.338,73 (dois milhões, seiscentos e quarenta e um mil, trezentos e trinta e oito reais e setenta e três centavos).

No mesmo sentido, para os bens imóveis, consta a abertura do processo CFO nº 44241/2018, que trata da contratação de empresa especializada na prestação de serviço de avaliação de bens imóveis da autarquia.

Além disso, essa posição foi sinalizada nos exercícios anteriores, conforme protocolos internos 184 de 06 de janeiro/2017, 35027 de 31 de outubro/2017, 36291 de 13 de novembro/2017 e 31619 de 06 de dezembro de 2018, este último no findar exercício com o objetivo de buscar solução externa no mercado.

Os valores representativos de bens imóveis, ao fim do exercício foram de R\$24.303.759,43 (vinte e quatro milhões, trezentos e três mil, setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e três centavos).

Passivo Circulante (financeiro):

Nota Nº 07

Consignações.

Estão evidenciadas as provisões trabalhistas consignadas no decorrer do exercício em tela, sendo o saldo em 31/12/2021 de R\$304.852,86 (trezentos e quatro mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e seis centavos) majoritariamente referentes ao INSS e ao IRRF do mês de dezembro de 2021.

Nota Nº 08

Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

Fornecedores diversos restos a pagar

Consta o valor de R\$ 489.618,42 (quatrocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos), referentes aos restos a pagar processados até 31/12/2021.

Nota Nº 09

Restos a pagar não processados

O total de restos a pagar não processados inscritos até 31/12/2021 foi de R\$23.246.806,54 (vinte e três milhões, duzentos e quarenta e seis mil, oitocentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos), sendo os valores mais relevantes, dos programas de repasse de recursos do CFO.

Programa de fiscalização: R\$6.120.000,00

Programa de Construção e reforma de sede: 11.093.428,48

Programa PAI Sustentado: R\$ 3.390.000,00

Patrimônio líquido:

Nota Nº 10

O patrimônio líquido é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente e, é composto atualmente pelas contas Patrimônio Social e Resultados Acumulados. Até 31/12/2011, o saldo era composto pela conta denominada Ativo Real Líquido. Com as alterações nas normas contábeis já descritas anteriormente, o saldo resultante da conta Ativo Real Líquido, passou em 02/01/2012 a ingressar na conta Patrimônio Social, ao valor de R\$19.047.799,57 (dezenove milhões, quarenta e sete mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos).

No tocante a conta de Resultados Acumulados encerrado em 31/12/2021, o saldo foi de R\$ 135.896.134,11 (cento e trinta e cinco milhões, oitocentos e noventa e seis mil, cento e trinta e quatro reais e onze centavos).

Quanto ao superávit apurado em 31/12/2021, o resultado foi R\$ 26.102.449,32 (vinte e seis milhões, cento e dois mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e dois centavos).

Houve ainda, ajuste de exercícios anteriores, no valor de R\$ 2.454.546,24 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), referente ao ajuste no imobilizado descrito na nota nº 06.

Nota Nº 11

Variações Patrimoniais.

A escrituração das receitas e das despesas foi realizada pelo regime misto, sendo a receita pelo regime de caixa e a despesa pelo regime de competência. Assim, encerrou-se o exercício de 2021 com uma variação aumentativa de R\$ 72.784.439,02 (setenta e dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e nove reais e dois centavos), e as variações diminutivas totalizaram R\$ 46.681.898,70 (quarenta e seis milhões, seiscentos e oitenta e um mil, oitocentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

Com isso, a entidade obteve no período apurado, um superávit patrimonial de R\$ 26.102.449,32 (vinte e seis milhões, cento e dois mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e dois centavos).

O superávit orçamentário do período foi de R\$ 6.485.730,74 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e trinta reais e setenta e quatro centavos).

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

Juliano do Vale
Presidente
CPF xxx.715.301-xx

Luiz Evaristo Ricci Volpato
Tesoureiro
CPF xxx.096.401-xx

Márcio de Silva Marcellino
Gerência Contábil – CRC 091904-O
CPF xxx.835.307-xx